

2 0 2 1

THALES  
FLORES  
TAIPINA

3<sup>a</sup> ED.

MANUAL DA

S E N T E N Ç A

*P E N A L*

C O N D E N A T Ó R I A



editora  
D'PLÁCIDO

2021 THALES 3<sup>a</sup> ED.  
FLORES  
TAIPINA

MANUAL DA

S E N T E N Ç A  
*P E N A L*  
C O N D E N A T Ó R I A



“No desempenho da função de julgar, o juiz trava obrigatoriamente conhecimento com uma realidade humana que tende a ser em extremo complexa, isto é, a realidade das relações existenciais que se ocultam nas demandas e nos desdobramentos do processo. Ignorar que o processo esconde a vida de seres humanos é o mesmo que tratá-los como meros números indiferentes e reduzir a função julgadora a algo sobremodo banal; isso ocorre quando o julgador se afasta dos requisitos éticos de sua atuação para seguir padrões meramente técnicos de sua atividade, quase sempre coincidentes com visões simplificadas e simplistas do Direito, como se este fosse apenas um conjunto de regras burocráticas ou operacionais.”

Cesar Asfor Rocha – *Cartas a um Jovem Juiz*

Não procures tornar-te juiz, se não fores bastante forte para destruir a iniquidade, para que não aconteça que temas perante um homem poderoso, e te exponhas a pecar contra a equidade.

Bíblia Sagrada, Eclesiástico, 7;6



# Agradecimentos

Agradeço a todos que contribuíram para a minha evolução, espiritual e profissional, inclusive àqueles cujos propósitos caminhassem em sentido contrário.



# Sumário

<i>Prefácio</i> .....	21
<i>Apresentação</i> .....	23
<i>Nota à 2ª Edição</i> .....	25
<b>CAPÍTULO I: CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS</b> .....	<b>27</b>
1. O Processo Penal em Síntese, do Inquérito Policial à Sentença.....	29
2. Prazo Para a Instrução Processual e Prolação da Sentença.....	36
2.1. Sentença Condenatória Proferida Oralmente em Audiência.....	41
3. Princípios Aplicáveis na Construção da Sentença Penal.....	43
3.1. Princípio da Motivação das Decisões Judiciais.....	43
3.2. Princípio da Identidade Física do Juiz.....	45
3.3. Princípio da Correlação ou Adstrição.....	46
3.4. Princípio da Imparcialidade do Julgador.....	49
3.5. Princípio do “In Dubio Pro Reo”.....	51
3.6. Princípio da Verdade Real e o Julgamento Justo da Causa.....	52
• Jurisprudência Seleccionada.....	55
4. A Estrutura Jurídica da Sentença Penal.....	66
4.1. Preâmbulo.....	66
4.2. Ementa.....	67
4.3. Relatório.....	67
4.4. Fundamentação.....	71
4.5. Dispositivo.....	74
4.6. Autenticação.....	77
• Jurisprudência Seleccionada.....	77

**CAPÍTULO II: A FUNDAMENTAÇÃO  
DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA**

**79**

---

1. Explicações Iniciais.....	81
2. Preliminares de Mérito.....	83
2.1. Aplicações Práticas de Maior Incidência.....	87
2.1.1. Violação de Domicílio sem Mandado Judicial.....	87
2.1.2. Ausência do Ministério Público à Audiência de Instrução.....	90
2.1.3. Inversão da Ordem de Inquirição em Audiência nos Crimes de Tráfico de Drogas.....	92
2.1.4. Crimes de Tráfico de Drogas e Defesa Preliminar Após o Recebimento da Denúncia.....	94
2.1.5. Recebimento Tácito da Denúncia .....	95
2.1.6. Ausência de Intimação da Defesa da Expedição de Carta Precatória Para Oitiva de Testemunha da Acusação.....	97
2.1.7. Irregularidade da Citação por Edital.....	98
2.1.8. Não Realização da Audiência de Renúncia à Representação.....	99
2.1.9. Leitura em Audiência do Depoimento Prestado na Fase Extrajudicial e Ratificado em Juízo.....	100
2.1.10. Reconhecimento de Pessoa por Fotografia.....	102
2.1.11. Inépcia da Denúncia.....	105
2.1.12. Investigação Criminal Conduzida pelo Ministério Público.....	106
2.1.13. Dependência Toxicológica.....	110
2.1.14. Uso de Algemas em Audiência ou em Plenário do Júri.....	111
2.1.15. Conversão de Ofício da Prisão em Flagrante em Preventiva.....	113
2.1.16. Rol de Testemunhas Apresentado Após a Defesa Prévia.....	116
2.1.17. Falta de Assinatura do Defensor na Ata de Audiência.....	117
2.1.18. Exame Pericial em Telefone Celular sem Autorização Judicial.....	118
2.1.19. Busca e Apreensão em Escritório de Advocacia.....	120
2.1.20. Não Realização da Audiência de Custódia no Prazo de 24 horas.....	122
2.1.21. Audiência de Depoimento Especial.....	125
• Jurisprudência Selecionada.....	127

3. Mérito.....	141
3.1. Explicação Inicial.....	141
3.2. Distribuição do Ônus da Prova.....	143
3.3. Materialidade Delitiva.....	145
3.3.1. Corpo de Delito e Vestígios da Infração Penal.....	148
3.3.2. Crimes Não Transeuntes e Ausência do Exame de Corpo de Delito.....	149
3.3.2.1. Ausência do Exame de Constatação Toxicológica.....	150
3.3.2.2. Ausência de Exame de Constatação de Conjunção Carnal.....	153
3.3.2.3. Ausência do Exame Necroscópico.....	154
3.3.3. Crimes Transeuntes e Prova da Materialidade Delitiva .....	156
3.4. Autoria Delitiva.....	157
3.4.1. Aplicações Práticas de Maior Incidência.....	158
3.4.1.1. Depoimentos Colhidos na Fase Investigatória.....	158
3.4.1.2. Testemunhos Exclusivos de Policiais.....	160
3.4.1.3. Testemunho Exclusivo da Vítima.....	162
3.4.1.4. Interceptação Telefônica e Falta de Exame Pericial para a Identificação da Voz.....	163
3.4.1.5. Confissão.....	164
3.5. Elementos do Crimes.....	166
3.5.1. Juízo de Tipicidade.....	166
3.5.1.1. Emendatio Libeli.....	166
3.5.1.2. Deslocamento para o Tipo Derivado e Presença de Mais de Uma Qualificadora.....	169
3.5.1.3. Circunstâncias Qualificadoras e Fundamentação Específica.....	170
3.5.1.4. Reconhecimento de Circunstâncias Minorantes e Majorantes.....	171
3.5.2. Ilicitude e Culpabilidade.....	173
• Jurisprudência Seleccionada.....	175
3.6. Circunstâncias Atenuantes.....	187
3.6.1. Circunstâncias Atenuantes Nominadas.....	187

3.6.1.1.	Idade do Réu.....	188
3.6.1.2.	Desconhecimento da Lei.....	191
3.6.1.2.1.	Desconhecimento da Lei e Desconhecimento da Ilícitude do Fato.....	192
3.6.1.2.2.	Desconhecimento da Lei e Contravenções Penais.....	193
3.6.1.3.	Motivação do Crime .....	193
3.6.1.4.	Providências Ulteriores Quanto às Consequências da Conduta.....	195
3.6.1.5.	Confissão Espontânea.....	198
3.6.1.5.1.	Confissão Retratada.....	200
3.6.1.5.2.	Confissão Fracionada.....	201
3.6.1.5.3.	Confissão Qualificada.....	201
3.6.1.5.4.	Confissão sobre Fato Incontroverso.....	202
3.6.2.	Circunstâncias Atenuantes Inominadas.....	203
3.7.	Circunstâncias Agravantes.....	207
3.7.1.	Crimes Dolosos.....	207
3.7.2.	Incidência Subsidiária.....	208
3.7.3.	Rol Exaustivo.....	209
3.7.3.1.	Reincidência Penal.....	209
3.7.3.1.1.	Contravenção Penal.....	211
3.7.3.1.2.	Situações peculiares que não geram reincidência.....	212
3.7.3.1.3.	Situações peculiares que geram reincidência.....	218
3.7.3.1.4.	Divergência e incongruência: condenação anterior exclusivamente a pena de multa e condenação anterior por posse de drogas para consumo pessoal.....	220
3.7.3.1.5.	Reincidência específica.....	222
3.7.3.1.6.	(In)Constitucionalidade da reincidência.....	223
3.7.3.1.7.	Multirreincidência.....	224
3.7.3.2.	Motivo do crime.....	225
3.7.3.3.	Finalidade do crime.....	226
3.7.3.4.	Modo de Execução.....	227
3.7.3.5.	Vítima.....	228

3.7.3.6. Circunstâncias Fáticas.....	232
3.7.4. Agravantes em Caso de Concurso de Pessoas.....	235
• Jurisprudência Selecionada.....	239
3.8. Concurso entre Agravantes e Atenuantes.....	245
3.8.1. Cumulação Homogênea.....	245
3.8.2. Cumulação Heterogênea.....	246
3.8.2.1. Diferença Entre Compensação e Preponderância.....	246
3.8.2.2. Concurso entre agravantes e atenuantes não preponderantes.....	247
3.8.2.3. Concurso entre circunstâncias agravantes e atenuantes consideradas preponderantes.....	250
3.8.2.3.1. A Divergência entre o STF e o STJ sobre o concurso entre confissão espontânea a reincidência.....	259
3.8.2.3.2. Concluindo o tema: hipóteses de concurso e critérios de solução.....	261
3.8.2.4. Concurso entre circunstâncias simples (não preponderantes) e circunstâncias preponderantes.....	264
• Jurisprudência Selecionada.....	266
3.9. Circunstâncias Minorantes e Modulação da Fração Redutora da Pena.....	270
3.9.1. Aplicações Práticas de Maior Incidência.....	270
3.9.1.1. Crime Tentado.....	270
3.9.1.2. Arrependimento Posterior.....	272
3.9.1.3. Semi-Imputabilidade.....	274
3.9.1.4. Participação de Menor Importância.....	276
3.9.1.5. Furto “Privilegiado”.....	278
3.9.1.6. Homicídio “Privilegiado”.....	281
3.9.1.7. Tráfico “Privilegiado” de Drogas Proscritas.....	282
3.10. Circunstâncias Majorantes e Modulação da Fração Intensificadora da Pena.....	284
3.10.1. Valoração Quantitativa da Majorantes em Concurso.....	286
3.10.2. Valoração Qualitativa das Majorantes em Concurso.....	288

3.10.2.1. Inconstitucionalidade Material do §2-A, do artigo 157 do Código Penal.....	290
3.10.3. Valoração de Majorantes como Circunstâncias Judiciais.....	294
3.10.4. Concurso entre Circunstâncias Majorantes e Minorantes e Possibilidade de Compensação.....	296
3.11. Concurso de Crimes.....	299
3.11.1. Espécies de Concurso e Critérios para Definição da Pena.....	300
3.11.1.1. Critério do Cúmulo Material.....	300
3.11.1.2. Critério da Exasperação.....	302
3.11.1.3. Critério do Cúmulo Material Benéfico.....	306
• Jurisprudência Seleccionada .....	307

### **CAPÍTULO III: A REALIZAÇÃO DO PROCESSO DOSIMÉTRICO**

**313**

---

1. O Sistema Trifásico da Dosimetria Penal.....	315
2. Princípios Aplicáveis ao Processo Dosimétrico.....	319
2.1. Princípio da Individualização da Pena.....	319
2.2. Princípio da Discrecionabilidade Jurisdicional.....	320
2.3. Princípio da Obediência aos Parâmetros da Pena Abstrata.....	322
2.4. Princípios da Necessidade e Suficiência da Pena.....	326
2.5. Princípio da Vedação ao Bis in Idem.....	328
2.6. Princípio da Não Culpabilidade ou da Presunção de Inocência.....	333
• Jurisprudência Seleccionada.....	335
3. Dosimetria Penal. Primeira Etapa. Circunstâncias Judiciais.....	341
3.1. Compensação entre Circunstâncias Judiciais.....	342
3.2. Valoração das Circunstâncias Judiciais.....	344
3.2.1. Culpabilidade.....	344
3.2.2. Antecedentes.....	346
3.2.2.1. Multirreincidência.....	347
3.2.2.2. Período Depurador e o Direito ao Esquecimento.....	348
3.2.2.3. Crime anterior e trânsito em julgado posterior à data do crime em julgamento.....	351

3.2.2.4.	Confirmação em Segunda Instância da Sentença Condenatória de Primeiro Grau.....	352
3.2.3.	Conduta Social.....	353
3.2.4.	Personalidade do Agente.....	355
3.2.4.1.	Valoração de Atos Infracionais e Condenações Criminais Anteriores como Personalidade Desajustada.....	356
3.2.5.	Motivos do Crime.....	359
3.2.6.	Circunstâncias do Crime.....	360
3.2.7.	Consequências do Crime.....	361
3.2.8.	Comportamento da Vítima.....	363
3.3.	Fixação da Pena-Base.....	365
3.3.1.	Patamar de Valoração das Circunstâncias Judiciais e Sua Base de Incidência.....	366
3.3.2.	A Teoria do Termo Médio.....	373
3.4.	Circunstâncias Judiciais Preponderantes.....	376
3.4.1.	Circunstâncias Judiciais na Lei de Drogas.....	376
3.4.2.	Circunstâncias Judiciais no Código de Trânsito.....	378
3.4.3.	Circunstâncias Judiciais na Lei de Crimes Ambientais.....	379
3.4.4.	Valoração das Circunstâncias Preponderantes.....	381
3.5.	Principais Considerações Quanto ao Processo de Fixação da Pena-Base.....	384
3.6.	Disposições do Manual Prático de Decisões Penais da ENFAM.....	387
	• Jurisprudência Selecionada.....	390
4.	Dosimetria Penal. Segunda Etapa. Circunstâncias Legais.....	395
4.1.	Patamar de Valoração das Circunstâncias Legais e Sua Base de Incidência.....	396
4.2.	Cálculo da Pena Intermediária.....	399
4.3.	Valoração da Multirreincidência.....	406
4.4.	Principais Considerações Quanto ao Processo de Fixação da Pena Intermediária ou Provisória.....	409
	• Jurisprudência Selecionada.....	413
5.	Dosimetria Penal. Terceira Etapa. Minorantes e Majorantes.....	418

5.1. Patamar de Valoração das Causas de Diminuição e de Aumento e sua Base de Incidência.....	418
5.2. Concurso de Minorantes e Majorantes e o Cálculo para a Definição da Pena.....	419
5.3. Principais Considerações Quanto ao Processo de Fixação da Pena Definitiva.....	431
• Jurisprudência Seleccionada.....	432
6. Processo Dosimétrico da Pena de Multa.....	435
6.1. Sistema da Dosimetria da Pena de Multa.....	435
6.2. Princípios Aplicáveis ao Processo Dosimétrico da Pena de Multa.....	436
6.2.1. Princípio da Obediência aos Parâmetros da Pena Abstrata.....	437
6.2.2. Princípio da Proporcionalidade.....	438
6.2.3. Princípios da Necessidade e Suficiência da Pena.....	444
6.2.4. Princípio da Personalidade ou da Intranscendência.....	446
6.3. Dosagem da Pena de Multa em Face do Concurso de Crimes.....	448
6.4. Multa Substitutiva ou Vicariante.....	451
6.4.1. Anuência do Sentenciado.....	454
6.4.2. Multa Cumulada e Substituição da Pena Privativa de Liberdade.....	454
6.4.3. Concurso de Crimes.....	457
6.4.4. Mensuração do valor da Multa Vicariante.....	458
6.4.5. Inadimplemento.....	459
7. Revisão da Dosimetria da Pena pelas Instâncias Superiores.....	459
• Jurisprudência Seleccionada.....	462

***CAPÍTULO IV: O CONTEÚDO DECISÓRIO DO DISPOSITIVO E AS PROVIDÊNCIAS FINAIS*** **465**

---

1. Conteúdo Decisório.....	467
1.1. Substituição da Pena Privativa de Liberdade por Medida de Segurança.....	467
1.1.1. Desnecessidade de Realização do Processo Dosimétrico.....	469
1.2. Fixação do Regime Prisional Preambular.....	472

1.2.1.	Gradação do Regime Prisional Conforme a Espécie da Pena Privativa de Liberdade.....	473
1.2.2.	Gradação do Regime Prisional Conforme a Quantidade da Pena Aplicada, a Reincidência e as Circunstâncias Judiciais.....	475
1.2.3.	Regime Prisional Per Saltum.....	478
1.2.4.	Detração Penal.....	481
1.2.4.1.	Detração Penal e Progressão de Regime.....	482
1.2.4.2.	Competência Concorrente.....	483
1.2.5.	Conclusões.....	484
1.2.6.	Disposições do Manual Prático de Decisões Penais da ENFAM.....	487
1.3.	Substituição da Pena Privativa de Liberdade por Pena Restritiva de Direitos.....	488
1.3.1.	Penas Substitutivas de Mesma Espécie.....	492
1.3.2.	Juízo Competente.....	494
1.4.	Suspensão Condicional da Pena.....	495
1.5.	Medidas Cautelares.....	498
1.5.1.	Possibilidades.....	498
1.5.2.	Fundamentos.....	499
1.5.3.	Imposição, Manutenção e Restabelecimento.....	503
1.5.4.	Disposições do Manual Prático de Decisões Penais da ENFAM.....	506
1.5.5.	Prisão Preventiva e a sua (In)Compatibilidade com o Regime Semiaberto ou Aberto. Adequação pelo Juízo da Execução.....	508
•	Jurisprudência Selecionada.....	511
1.6.	Fixação do valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração .....	514
1.7.	Efeitos da Condenação.....	517
1.7.1.	Efeitos Automáticos.....	517
1.7.1.1.	Obrigação de indenizar.....	518
1.7.1.2.	Perda de instrumentos ou produtos do crime, de bens ou valores auferidos com a sua prática.....	519

1.7.1.3.	Perda de bens ou valores equivalentes ao produto ou proveito do crime.....	520
1.7.1.4.	Perda de bens incompatíveis com o patrimônio líquido do condenado.....	521
1.7.1.5.	Suspensão dos Direitos Políticos.....	523
1.7.2.	Efeitos Não Automáticos.....	524
1.7.2.1.	Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.....	525
1.7.2.2.	Incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela.....	528
1.7.2.3.	Inabilitação para dirigir veículo.....	531
2.	Providências Finais Para Cumprimento Imediato.....	533
2.1.	Publicação da Sentença.....	534
2.2.	Intimação do sentenciado.....	536
2.3.	Intimação do Defensor Constituído e do <i>Defensor Dativo</i> .....	536
2.4.	Intimação do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Querelante e do Assistente da Acusação.....	537
2.5.	Intimação da vítima.....	538
2.6.	Expedição de Alvará de Soltura .....	538
2.7.	Expedição de Mandado de Prisão Preventiva e Guia de Execução Provisória da Pena.....	539
2.8.	Envio de Arma de Fogo ao Comando do Exército.....	541
2.9.	Restituição de Bens Apreendidos.....	542
2.10.	Comunicação à Polícia Judiciária.....	542
3.	Providências Finais para Cumprimento Após o Trânsito em Julgado da Sentença.....	543
3.1.	Rol de Culpados.....	543
3.2.	Guia de Execução Definitiva.....	544
3.3.	Custas Processuais.....	546
3.4.	Pagamento da Pena de Multa.....	548
3.5.	Comunicação à Justiça Eleitoral.....	550
3.6.	Destruição de Drogas Apreendidas.....	551
3.7.	Avaliação e Venda dos Bens em Leilão Público.....	552

## CAPÍTULO V: MODELOS DE SENTENÇAS PENAIIS CONDENATÓRIAS

555

1. Sentença com um réu e um crime.....	557
1.1. Tráfico de drogas – circunstâncias judiciais preponderantes - concurso entre circunstâncias legais preponderantes - menoridade relativa - duas reincidências – escala de preponderância entre as circunstâncias legais – envolvimento de adolescente – majorante – Corrupção de Menores – Absolvição – Princípio da Especialidade.....	557
1.2. Tráfico de Drogas – Preliminar – Ausência do Ministério Público à audiência de instrução e julgamento - indulto – circunstâncias judiciais e preponderantes - maus antecedentes – duas reincidências.....	565
1.3. Roubo Simples – Emprego de Faca – Revogação e Ressurreição - Culpabilidade exasperada - Confissão Espontânea e Reincidência Específica – Preponderância – Pena agravada.....	576
2. Sentença com um réu e dois crimes.....	584
2.1. Posse Irregular de Arma de Fogo e Recepção – Concurso Material de Delitos – Confissão Parcial – Súmula n. 231 - Pena Restritiva de Direitos – Substituição da PPL por PRD - Suspensão dos Direitos Políticos – Possibilidade.....	584
3. Sentença com dois réus e um crime.....	593
3.1. Latrocínio Consumado. Circunstâncias Judiciais desfavoráveis – atenuantes – menoridade relativa e confissão espontânea – agravantes – reincidência e senilidade da vítima – cumulação heterogênea de circunstâncias legais - majorante do roubo – concurso de pessoas - não cabimento – procedência parcial do pedido acusatório.....	593
3.2. Roubo Consumado. Causas de Aumento. Concurso de pessoas e emprego de arma de fogo – Lei 13.654/2018 – Circunstâncias Objetivas – Comunicabilidade - Aplicação do Único do artigo 68 do CP – Princípios da Necessidade e Suficiência da pena – Menoridade Relativa do réu – Senilidade da vítima – Cumulação heterogênea de circunstâncias legais – Preponderância - Período Depurador – Dosimetria – Análise Conjunta das Circunstâncias Judiciais e das Circunstâncias Legais.....	602
4. Sentença com dois réus e dois crimes.....	613
4.1. Roubo majorado – Culpabilidade negativa - Maus Antecedentes - Cumulação heterogênea de circunstâncias legais – Multirreincidência – Valoração integral entre as circunstâncias legais - Confissão Espontânea - Majorantes – concurso de pessoas e emprego de arma de fogo – Lei 13.654/2018 - Circunstâncias Objetivas – Comunicabilidade – Aplicação do Único do artigo 68 do CP – Pena final acima do máximo cominado - Corrupção de Menores – Majorante – Inaplicabilidade retroativa da Lei 13.964/2019 - Concurso Formal de Delitos – Dosimetria – Análise Conjunta das Circunstâncias Judiciais e das Circunstâncias Legais.....	613

5. Sentença com um réu e diversos crimes continuados.....	630
5.1. <i>Estupro de Vulnerável. Absolvição - Estupro qualificado e duplamente majorado - Crime praticado por padrasto - Gravidez. Modulação – Lei posterior mais gravosa - Critério Cumulativo - Violência sexual por “diversas vezes” - Crime continuado – STJ - Exasperação em grau máximo. Pena final acima do máximo cominado.....</i>	630
<b>Referências.....</b>	<b>639</b>

## Prefácio

O convite para prefaciar uma obra é sempre motivo de alegria. Generosamente, o professor e juiz de direito THALES FLORESTAIPINA me honrou com o convite de elaborar um prefácio para a primeira edição de seu “MANUAL DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA”.

Antes de falar da obra, devo destacar que o autor possui vasta experiência na área jurídica, uma vez que tem especialização em penal e processo penal, foi procurador autárquico do DETEL-MG e Delegado de Polícia em Minas Gerais por 10 anos. Em 2017 ingressou na carreira da magistratura estadual em Minas Gerais, atualmente é o titular da 1ª Vara da Comarca de Nanuque-MG.

Sua trajetória, portanto, demonstra a dedicação diária aos estudos do direito, destacadamente o direito penal e o processo penal, de modo que sua obra, seguramente, possibilita reflexões sobre relevantes aspectos práticos atinentes ao tema.

Abordar o assunto “sentença penal” pressupõe o exame de várias possibilidades de sentenças, as sentenças condenatórias, absolutórias, rescisórias, declaratórias, mandamentais, etc. Note-se que a gigantesca obra “MANUAL DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA”, com mais de 400 páginas, cuida de uma modalidade de sentença, a saber, a condenatória. Tal fato permite perceber a amplitude dada ao estudo do tema.

Em termos de problemas e questões práticas, praticamente nada ficou de fora. Questões como exame de preliminares, matérias de mérito e dosimetria da pena, foram sistematicamente enfrentadas. A obra possui esteio na jurisprudência. A proposta do livro não é, ao que me parece, realizar um estudo com densidade teórica. Ao contrário, a linguagem é prática, direta e clara, facilitando o leitor a compreensão do conteúdo, sendo muito recomendada para estudantes, principalmente para quem se prepara para ingresso na carreira da magistratura, que terá nela importante ferramenta para uma das etapas mais difíceis do certame.

Ademais, a obra é praticamente singular, uma vez que no mercado não há disponível muitos títulos que tratam do assunto, destacadamente com viés tão prático e amplo como o ora examinado.

Diante do tamanho da obra, fiquei feliz em ver muitos pontos convergentes com os que sustento na minha produção bibliográfica, designadamente em meu *Manual de Processo Penal*, lançado também com o selo da D'Plácido. Destaco, nesse sentido, a questão das buscas domiciliares sem mandado nos chamados crimes permanentes. O autor, como eu, não admite a prova quando não houver percepção sensorial do fato criminoso antes do ingresso no domicílio. Registra o magistrado:

Afirma-se, pois, que a incursão em residência alheia sem mandado judicial somente pode ser justificada por notícia de crime cuja gravidade seja evidente, perceptível “extramuros”, pela visão ou pela audição. São ocorrências como o sequestro, disparo de arma de fogo cujo som ecoa distante ou os atos de violência doméstica que são percebidos pelos vizinhos em razão dos gritos de socorro ou de dor da vítima. Registra-se que nos crimes de uso e tráfico de drogas até mesmo o olfato pode constatar a veracidade das delações e, assim, legitimar a quebra do asilo doméstico.

De igual modo, feliz convergência consiste no reconhecimento do interrogatório como último ato da instrução por ser inerente ao direito à ampla defesa.

Não obstante, o pluralismo de ideias é o que permite o avanço do direito. Nesse sentido, não são poucos também os pontos de divergência que inclusive me instiga ao diálogo constante com o autor, como faço usualmente com inúmeros outros autores da área do processo penal, fomentando um debate crítico e salutar, sem o qual as ciências criminais cairiam na estagnação.

Esta não é a primeira obra lançada pelo autor, que já nos brindou pela D'Plácido com o título “Flagrante e Prisão”. Estou convencido de que este manual será mais um grande serviço prestado pela Editora D'Plácido à comunidade jurídica do Brasil.

Parabéns ao autor e sucesso com a obra.

Niterói, 23 de outubro de 2018.

*André Nicolitt<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Juiz de Direito do TJRJ. Doutor em Direito pela Universidade Católica Portuguesa – Lisboa. Mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Professor da Universidade Federal Fluminense – UFF. Professor do PPGD – UNIFG – BA.

## Apresentação

*Manual da Sentença Penal Condenatória* é um trabalho realizado a partir da experiência forense na seara criminal, ambiente revelador de inúmeras e importantes diversidades práticas que muitas vezes passam despercebidas por estudantes e profissionais da área.

A presente obra foi desenvolvida com intensa dedicação quanto à pesquisa doutrinária e fundamentada sobre as mais recentes decisões dos tribunais estaduais, federais e superiores.

A par da preocupação em esclarecer didaticamente as peculiaridades referentes ao processo dosimétrico e as construções jurisprudenciais que o fundamentam, o trabalho se dedica, ainda, à correta construção da sentença penal, mormente no tocante à sua fundamentação, alicerce da escoreita fixação da pena e dos demais componentes do seu dispositivo.

A obra apresentada foi idealizada, também, atenta aos anseios daqueles que estão lutando pela aprovação no concurso da magistratura, razão pela qual se preocupa em orientá-los a construir a sentença penal condenatória da forma mais didática possível, facilitando o desenvolvimento do raciocínio e a construção do texto, potencializando, assim, melhor avaliação.

Por semelhantes razões, o trabalho traz em seu derradeiro capítulo modelos de sentenças penais condenatórias para orientação dos candidatos, divididas por número de réus e número de crimes, elaboradas atentamente às disposições do Manual Prático de Decisões Penais da ENFAM – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados –, e aos modelos e orientações apresentados pela EJEF/TJMG – Escola Judicial Des. Edésio Fernandes do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, curso que há pouco tive a imensa satisfação de frequentar em razão do meu recente ingresso na honrosa carreira da magistratura mineira.

Assim, sem a mínima pretensão de sobrepujar o conhecimento técnico e a experiência cotidiana dos operadores do Direito, a presente obra figura como instrumento a coadjuvar o trabalho dos que militam no âmbito criminal e, ainda, pretende auxiliar os candidatos ao ingresso

na carreira da magistratura, com a humilde esperança de que seja útil aos que buscarem em suas páginas respostas a todas as interrogações decursivas do cotidiano profissional e acadêmico.

Atenciosamente.

Belo Horizonte-MG, outubro de 2018

*O autor.*

## Nota à 2ª Edição

É com imensa satisfação que concluo e trago à opção do estudante e do operador do Direito Criminal a segunda edição do *Manual da Sentença Penal Condenatória*. Integralmente revista e atualizada, a presente edição abarca novidades doutrinárias, jurisprudências inéditas e alterações legislativas que, de algum modo, envolvem a construção da sentença penal de condenação.

Inicialmente, acerca da celeridade processual, destaquei nesta edição a possibilidade da sentença penal condenatória ser proferida oralmente em audiência. Cuida-se de entendimento que, malgrado resistências iniciais apegadas aos termos literais da nossa legislação, vem se firmando no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, o que se justifica pela oralidade e pelos recursos tecnológicos cada vez mais presentes no âmbito processual, e que, inevitavelmente, proporcionam a conclusão do feito em menor tempo.

Ademais, e sempre atento à necessidade da correta fundamentação da sentença penal, por ser o alicerce à correção da dosimetria sancionatória, acrescentei à presente edição causas de nulidades processuais comumente arguidas na prática forense.

Com igual finalidade, a par das vertentes jurisprudenciais majoritárias, procurei esclarecer meu entendimento sobre determinados pontos.

Assim, no tocante à multirreincidência, destaquei a necessidade de concentrar a valoração de todos os títulos condenatórios definitivos no âmbito da segunda fase da dosimetria penal, porém, sem deixar de destacar a posição do STJ no sentido de alocar as reincidências remanescentes entre as circunstâncias judiciais, valorando-as como maus antecedentes.

Observei, também, a incongruência jurisprudencial ao não considerar como reincidência a condenação anterior por posse de drogas para consumo pessoal e, não obstante a semelhança de fundamentos, considerar como tal a condenação anterior exclusivamente a pena de multa. Apresentei minha convicção sobre a desnecessidade de realiza-

ção do processo dosimétrico em face da obrigação de se proceder à substituição da Pena Privativa de Liberdade por Medida de Segurança e, por fim, sustentei o confronto do §2-A, do artigo 157, do Código Penal, com o princípio constitucional da individualização da pena.

A apresentação de novos raciocínios permite ao leitor enxergar que a construção da sentença penal, sobretudo no tocante à dosimetria da pena, fundamenta-se na discricionariedade do Magistrado, porém, adstrita aos princípios que regem a teoria da pena e à trilogia axiológica do processo de dosagem da reprimenda, estampado no artigo 68 do Código Penal. Sobre tais pressupostos, inclusive, sustentei minha compreensão acerca da revisão do processo dosimétrico pelas instâncias superiores.

Espero, mais uma vez, que o presente trabalho seja útil aos que confiarem em seu conteúdo, certo de que foi revisto e atualizado para atender às expectativas e projetos, principalmente, dos nobres profissionais que buscam um assento no esplendor da magistratura.

Belo Horizonte-MG, junho de 2020.

*O autor.*

## *CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS*

---

1. O Processo Penal em Síntese, do Inquérito Policial à Sentença
2. Prazo Para a Instrução Processual e Prolação da Sentença
3. Princípios Aplicáveis na Construção da Sentença Penal
4. A Estrutura Jurídica da Sentença Penal

## *A FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA*

---

1. Explanções Iniciais
2. Preliminares de Mérito
3. Mérito

## *A REALIZAÇÃO DO PROCESSO DOSIMÉTRICO*

---

1. O Sistema Trifásico da Dosimetria Penal
2. Princípios Aplicáveis ao Processo Dosimétrico
3. Dosimetria Penal. Primeira Etapa. Circunstâncias Judiciais
4. Dosimetria Penal. Segunda Etapa. Circunstâncias Legais
5. Dosimetria Penal. Terceira Etapa. Minorantes e Majorantes
6. Processo Dosimétrico da Pena de Multa
7. Revisão da Dosimetria da Pena pelas Instâncias Superiores

## *O CONTEÚDO DECISÓRIO DO DISPOSITIVO E AS PROVIDÊNCIAS FINAIS*

---

1. Conteúdo Decisório
2. Providências Finais Para Cumprimento Imediato
3. Providências Finais para Cumprimento Após o Trânsito em Julgado da Sentença

## *MODELOS DE SENTENÇAS PENAIS CONDENATÓRIAS*

---

1. Sentença com um réu e um crime
2. Sentença com um réu e dois crimes
3. Sentença com dois réus e um crime
4. Sentença com dois réus e dois crimes
5. Sentença com um réu e diversos crimes continuados



ISBN 978-65-5589-xxx